
DEFESA MILITAR E OPINIÃO PÚBLICA

Virgílio de Carvalho

DEFESA MILITAR E OPINIÃO PÚBLICA

A defesa militar pertence ao tipo das medidas das quais não é fácil prescindir-se, pela simples razão de não parecerem necessárias de imediato. Porque não se pode improvisar dum momento para o outro. E hoje, como toda a gente já compreendeu, a situação político-estratégica, mundial ou regional, pode evoluir drasticamente, em pouco tempo. Mas há outras razões, que não apenas as das ameaças clássicas, pelas quais determinados países acham imprescindível investir em defesa militar. E porque a opinião pública é elemento basilar quanto a defesa e investimentos, convém fornecer-lhe elementos para poder reflectir e optar fundamentadamente. O objectivo do presente estudo é, precisamente, o de procurar contribuir para tal reflexão.

A IMPORTÂNCIA E A CONTINUIDADE DA NATO

O Presidente Bush, tanto na sua campanha eleitoral, como no seu discurso de posse, afirmou claramente ser a Aliança Atlântica (NATO), ou seja, a integração estratégica entre a América do Norte (EUA e Canadá) e a Europa Ocidental, a vertente principal da política externa do seu país. Quer ele dizer que a contenção da URSS, para evitar que possa juntar pela força militar a Europa Ocidental à Europa do Leste que ocupou no final da Guerra Mundial de 1939/45, continua a ser imprescindível. Por certo porque ninguém sabe ainda o que pode ocorrer com uma URSS cuja evolução pode ser interrompida por qualquer acontecimento interno, ou porque Moscovo pode ser tentada a criar uma questão externa para distrair a frente interna dos seus graves problemas.

Seja como for, a NATO tende a manter-se como elemento fundamental da segurança e da política externa dos países da Comunidade Atlântica. E isso tem muito, mesmo muito, a ver com Portugal.

A IMPORTÂNCIA DE PORTUGAL NO ATLÂNTICO

Como é sabido, Portugal foi convidado para membro fundador da NATO, a despeito de, na altura, o seu regime político não obedecer aos padrões democráticos ocidentais. O que, não tendo acontecido com a vizinha Espanha, mostra como o território português tem importância excepcional para a segurança atlântica. De facto, a localização central do conjunto territorial de Portugal (Açores, Continente e Madeira), entre a Europa e a América do Norte, tornam-no indispensável para se prestar apoio ao reforço militar norte-americano à Europa. Reforço militar esse cuja importância, dissuasória, lhe vem de ter sido decisivo para a vitória dos aliados atlânticos nas duas últimas guerras mundiais, de 1914-18 e 1939-45.

Tal reforço militar (ver figura 1), apesar de admitir teoricamente duas vias, norte e sul, tenderia inevitavelmente, em caso de guerra, a concentrar-se na via sul, pelas seguintes razões principais:

- para se afastar o mais possível da ameaça de aviões armados com mísseis ar-mar de longo alcance baseados no complexo militar soviético da Península de Kola;
- para poder beneficiar de melhores condições de detecção sonora de submarinos, existentes a sul, bem como de mar menos agitado, que consente velocidades de avanço maiores aos navios;
- para poder disfrutar de apoio mais eficaz de meios aéreos e navais a partir de bases nos Açores, na Madeira e no Continente Português.

Tal rota única de reforço militar tenderia então a passar pelo meio do disperso conjunto territorial de Portugal, e a bifurcar, a partir dele, para um ramal norte via Canal da Mancha, e para um ramal sul, via Estreito de Gibraltar. O que tende a fazer da Espanha uma Inglaterra do Sul.

Foi por se atentar em razões deste tipo que o conjunto territorial de Portugal ficou excepcionalmente inserido na área do Comando Supremo Aliado do Atlântico Norte (SACLANT), com sede no EUA, que é responsável pela condução do reforço militar norte-americano à Europa Ocidental. E não na área do Comando Supremo Aliado da Europa (SACEUR). Um facto que não deve perder-se de vista. E isto porque, dada a importância excepcional do conjunto territorial português para interesses de segurança de tanto vulto de poderosos países, Portugal pode disfrutar de influência e

de poder negocial no contexto atlântico, ou ter sérios problemas de soberania, conforme dispuser, ou não, de defesa militar adequada.

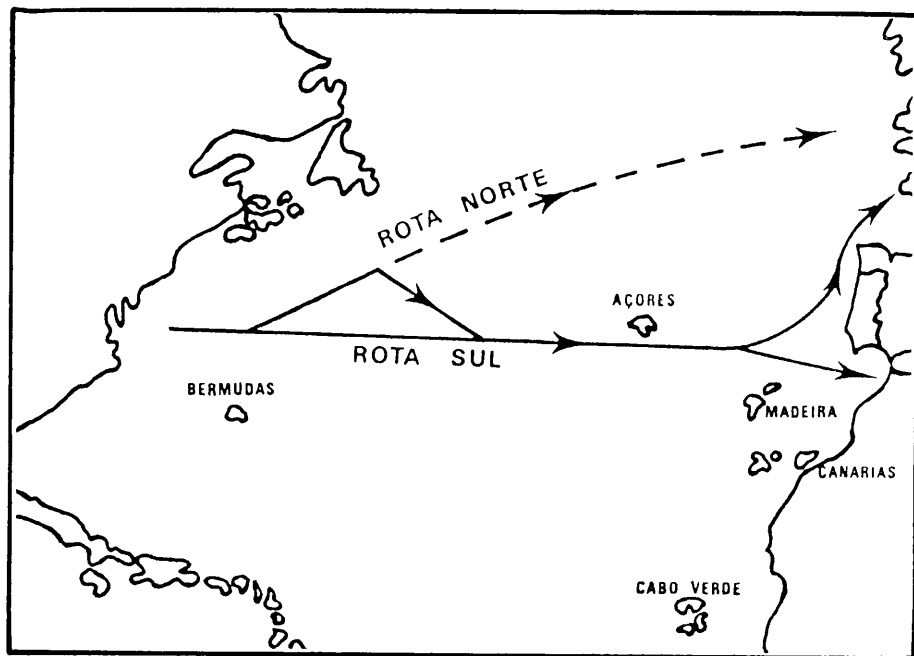


Fig. 1 — Rotas de reforço da Europa

PORTUGAL E OS VIZINHOS EUA E ESPANHA

Um elemento indispensável para reflexão da opinião pública nacional diz respeito ao conhecimento da própria «prancheta» de Portugal. Quer isto dizer que a opinião pública nacional precisará de não esquecer que Portugal é a única Nação da Península Ibérica que conseguiu individualidade de País. E que tal se deve à sua especial condição euro-atlântica. A qual lhe é conferida pelo seu litoral (valioso pela proximidade de rotas marítimas internacionais vitais), pelos arquipélagos atlânticos (o dos Açores bem no meio do Atlântico Norte, e o da Madeira defronte de Gibraltar), e pelo interesse secular de países que são dependentes do uso do mar para

a sua liberdade de acção e desenvolvimento, em ter em tão importante região um aliado de confiança.

Para ser mais claro, Portugal não teve de esperar pela democracia, nem pela Espanha, para ser convidado para membro fundador da marítima NATO. Mas teve de pedir, e de esperar por ambas, para ingressar nas Comunidades Europeias e na União Europeia Ocidental (UEO). Significa tal coisa que o Portugal euro-atlântico é uma potência geoestratégica mais importante que a Espanha para o lado do Atlântico (para onde portanto lhe deve interessar mais afirmar-se) e menos importante que ela para o lado da Europa, direcção para onde corre riscos de subalternidade a Madrid. É por isso que convém insistir em lembrar que a Portugal não interessam blocos ibéricos, nem discurso e comportamento geopolítico de país mediterrânico ou de sul, até por respeito para com os portugueses atlânticos das Ilhas.

O referido quer afinal dizer que, para Portugal poder disfrutar de influência e de poder negocial correspondente à sua importância geoestratégica, lhe convém começar por procurar preservar a sua coesão interterritorial. Por isso, tem de constituir preocupação nacional o comportamento dos dois aliados, amigos e vizinhos que são os EUA e a Espanha. Nos EUA parece ponto assente do seu pensamento geoestratégico que passa entre os Açores e a Península Ibérica uma fronteira estratégica da sua defesa à distância. O que se vê claramente no seu interesse em continuar a utilizar a Base Aérea portuguesa das Lages, nos Açores, e em manter a fronteira entre o seu Comando operacional NATO do Atlântico Ocidental (WESTLANT) e o português IBERLANT, no meio do conjunto territorial de Portugal. Quanto à Espanha, é conhecida a sua insistência em considerar o IBERLANT como fazendo parte da sua área de interesse estratégico. E, no tratado bilateral de defesa EUA - Espanha, têm surgido mapas definindo áreas de interesse estratégico dos dois países, com fronteira coincidindo com a existente entre o WESTLANT e o IBERLANT, como que dividindo entre si, operacionalmente, o «espaço estratégico» português (ver fig. 2).

Porque é assim, Portugal precisa de tomar duas decisões firmes, para preservar as suas coesão, soberania e influência de aliados amigos e vizinhos:

- pugnar sem descanso por que a fronteira entre o IBERLANT e o WESTLANT mude para oeste dos Açores;
- dotar-se de defesa militar minimamente suficiente para tirar àqueles

aliados argumentos de vazio militar na área de responsabilidade portuguesa, para se não tentarem a preenchê-lo com forças suas.

Saliente-se que o facto de a NATO ter ultimamente concedido a integração dos Açores no IBERLANT, deixando ficar no entanto a fronteira entre este e o WESTLANT, onde estava, apenas significa que Portugal começou a ser ouvido, mas não o suficiente para ir até onde realmente importa. E não se venha com o argumento que não é por os Açores estarem no meio duma área de responsabilidade dos EUA que periga a coesão nacional. A verdade é que não é nada saudável para a solidariedade nacional, em termos psicológicos e de dignidade, que se consinta sem reparos, num Portugal cuja euro-atlanticidade é a força da sua individualidade e do seu poder negocial (inclusive quanto aos mesmos EUA), que uma fronteira da defesa avançada dum país estrangeiro, ainda que aliado e amigo, se projecte para o meio do conjunto territorial nacional. Além disso, só um IBERLANT com a dimensão euro-atlântica de Portugal faz com que as bases espanholas, peninsulares e insulares, não sejam alternativa às portuguesas.

A Portugal apenas interessa realmente um IBERLANT correspondendo ao seu conjunto territorial. É mais que suficiente para ser importante, e é legítimo. E não acarreta problemas com a vizinha Espanha, que bem podem vir a ser explorados para propor a partilha do IBERLANT com ela, com todas as consequências para a importância de Portugal, e com os riscos que decorrem de passar a ter também no controlo da fronteira marítima o mesmo país que já pode controlar a terrestre, por força de geografia. A Portugal, a quem interessa defender que a Península comporta duas individualidades geoestratégicas, geoeconómicas, geopolíticas e geoculturais distintas, como acontece noutras penínsulas, como a Escandinava, convém compreender que, uma vez que a Espanha decida ingressar na organização militar da NATO, o seu lugar legítimo é num comando de área complementar do IBERLANT, sobre o seu eixo Baleares-Estreito-Canárias (ver fig. 3).

DEFESA MILITAR PARA PORTUGAL

Uma vez que interessará a Portugal não dar argumentos de vazio militar no seu «espaço geoestratégico» a aliados, importa ter por referência o que

SITUACION DE ESPAÑA EN RELACION A LOS LIMITES DE LA OTAN Y LAS ZONAS DE INTERES COMUN CON FRANCIA Y USA

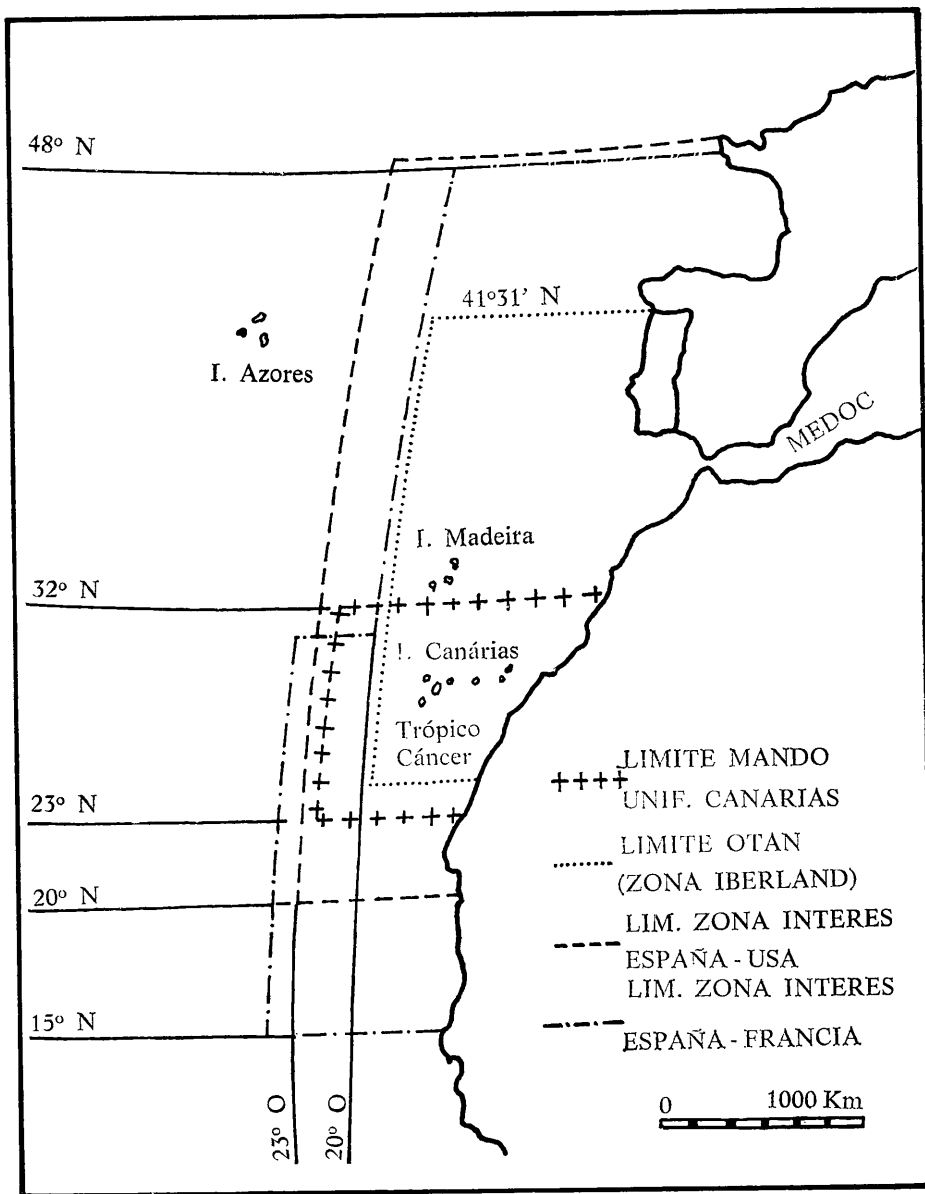


Fig. 2 — Extracto dum Boletim do CESEDEN (Espanha) de 1985

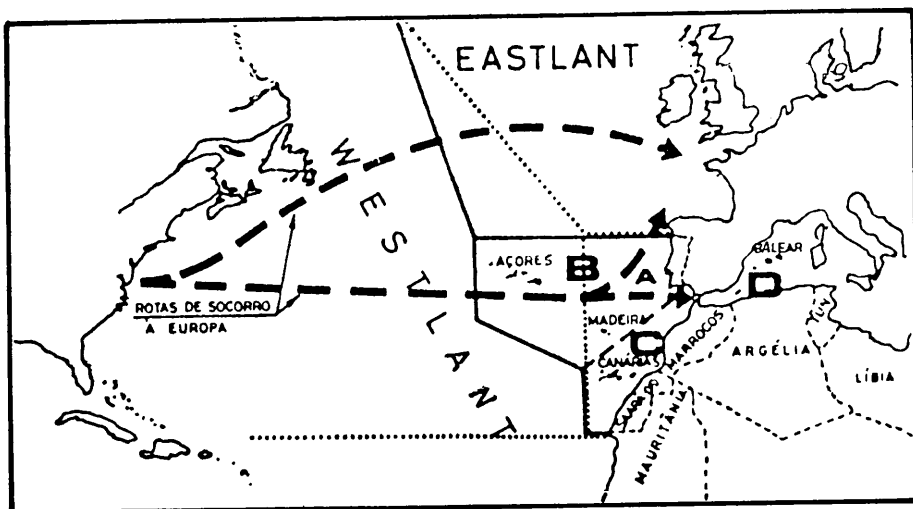
os preocupa nele. E, tanto quanto se sabe, as suas preocupações em questão terão a ver com as possibilidades de:

- ataque a posições importantes em terra, nomeadamente bases nos Açores, Madeira e Continente, porque elas poderão ser úteis ao decisivo reforço militar norte-americano à Europa;
- ataques por submarinos, aéreos e minas àquele reforço, e à navegação aliada.

Sendo assim, Portugal, para proteger a sua soberania, e para poder ter força moral para «empurrar» a tal fronteira entre o IBERLANT e o WESTLANT para lá dos Açores, precisa de estudar a sério a sua defesa militar, tendo em atenção que ela tenda a sossegar os referidos aliados. No mínimo, oferecendo hipóteses credíveis de resistir em terra com meios autónomos o tempo que poderão levar reforços aliados a chegar, e de fornecer alguma protecção à navegação aliada em águas portuguesas nos primeiros dias duma eventual guerra Leste-Oeste. E de, em tempo de paz, forças navais e aéreas nacionais exercerem suficiente acção de presença e de vigilância sobre forças navais e aéreas estranhas na área de responsabilidade portuguesa. Em termos mais práticos, poderá adiantar-se, a título de exemplo, que a Portugal poderá convir, no mínimo, uma defesa militar do seguinte tipo:

- defesa terrestre, antiaérea e marítima visando a protecção das bases mais importantes no Continente, Madeira e Açores;
- forças terrestres ligeiras aerotransportáveis para rapidamente circularrem entre as três parcelas do conjunto territorial nacional, para o que convirá dispor-se de estruturas materiais e humanas de preposicionamento, acolhimento e enquadramento, em todas elas;
- forças navais com capacidade anti-submarina, antimina e antiaérea;
- forças aéreas com capacidade de intercepção, anti-submarina e anti-navio, e de transporte interterritorial.

No que respeita a tipos e quantidades de unidades e material, e a dispositivo e conceito para o seu emprego, por certo que as instâncias militares nacionais são as indicadas para estudar e propor o que de mais adequado julgarem a quem compete decidir. De notar ainda que as referidas forças ligeiras aerotransportáveis podem ter aplicação, na modalidade de Força de Intervenção Rápida, na defesa da frente leste da Europa, ou em missões de paz da ONU.



- Limites actuais das Áreas NATO
- Limites preconizados para as Áreas NATO
- - - - - Separação das Subáreas preconizadas
- A** Actual IBERLANT
- B** Subárea de vocação «euro-atlântica»
- C + D** Subárea de vocação «euro-afro-mediterrânica»

Fig. 3 — Do artigo do autor, publicado no n.º 15 (Jan-Mar80) da «Nação e Defesa»

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Defesa Militar é uma estratégia visando objectivos de política de segurança e de política externa. Objectivos que, no caso de Portugal, têm a ver, antes de mais, com o exercício de soberania no «espaço geoestratégico» nacional. O que não quer dizer que a dissuasão fique esquecida, porque ela estará automaticamente assegurada pelos mesmos meios que visem o exercício de soberania.

Como estratégia, a Defesa Militar deve obedecer às provas clássicas de adequabilidade (capacidade para proteger a soberania nacional), de exe-

quibilidade (disponibilidade de meios materiais e humanos para garantir a sua continuidade) e de aceitabilidade (custos psicológicos e financeiros compatíveis com a importância do objectivo). E não podem restar dúvidas, inclusive porque recentes sondagens de opinião para tal apontam, que a juventude portuguesa compreende a importância de objectivos como soberania e capacidade negocial nacional. Os quais, aliás, estão também à cabeça dos objectivos de Segurança de países NATO com problemas idênticos aos de Portugal, como o Canadá e a Dinamarca. As questões que a juventude e o poder político põem quanto à Defesa Militar, na maioria dos países, são de outra natureza, pois decorrem principalmente de lhes parecer que a presente era tende a ser mais de competição económica do que militar, o que os impele a serem mais cuidadosos e rigorosos com ela. Por isso muito convirá seguir-se com atenção o que outros países estão fazendo. Por exemplo, o sistema da Suíça, que pode pôr em pé de guerra para cima de um milhão de homens em menos de 48 horas, com muito material do mais moderno, e sem grandes reparos da opinião pública. Talvez porque o seu modelo de «reserva activa» consiga os efectivos potenciais necessários com menor «despesa» financeira e humana, aligeirada ainda por eficiente indústria de defesa com interessante capacidade de exportação. Um sistema que parece estar interessando sectores de estudiosos dos próprios EUA, onde a pressão da opinião pública e do Congresso para uma maior racionalidade quanto à Defesa Militar tem vindo a aumentar.

Seja como for, interessa relembrar que a Defesa Militar não é coisa de somenos importância para Portugal, nem merecedora de ser percebida, justa ou injustamente, apenas como feudo de militares, pois deve ser do interesse e da responsabilidade esclarecida de todos os cidadãos. Merece, isso sim, maior e a mais esclarecida atenção de políticos e de militares, dada a importância do que está em jogo. E, principalmente, da opinião pública, sem a compreensão da qual não poderá ter a credibilidade e a força psicológica e negocial que o País especial que Portugal é realmente precisa.

Virgílio de Carvalho

Capitão-de-mar-e-guerra

Assessor do IDN